

# POLÍTICA DE INTERNACIONALIZAÇÃO DDA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO BRASIL

## 1. Introdução

Diante do novo contexto da educação pública do Brasil, e com a acentuação dos processos de globalização e integração regional nos mais diversos âmbitos, é fundamental a compreensão do papel das Relações Internacionais no que se refere à Educação Pública e, especificamente, à Educação Profissional e Tecnológica no Brasil.

Em consonância com esses processos, a instituição da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (EPCT) cumpre um papel importante para o fomento de uma nova etapa da Educação Profissional e Tecnológica do país, materializado por meio dos programas e políticas específicas para o setor. Dentre elas, destacam-se a expansão da Rede EPCT, a ênfase na formação humana e cidadã como complementação da formação acadêmica, a política de apoio à elevação da titulação dos profissionais das instituições da Rede Federal e a ampliação de ações voltadas ao entendimento para dinamizar o desenvolvimento local, regional e nacional.

A troca de experiências em processos de ensino-aprendizagem e a formação *stricto e lato sensu* ganharam um caráter de maior unidade com a criação dos Institutos Federais, garantindo-se, assim, a autonomia de cada instituição. Esse novo caráter promove a realização de uma política coerente em todo o país, reconhecendo e valorizando a Educação Profissional e Tecnológica, que se dá a partir da indissociabilidade dos processos de ensino, pesquisa e extensão.

Ao mesmo tempo, para a realização das ações das Instituições da Rede EPCT, busca-se constantemente uma ênfase nas particularidades locais e regionais para atingir, desta maneira, um verdadeiro processo de inclusão social. Nesse contexto, faz-se indispensável considerar-se o âmbito internacional e assim garantir novas oportunidades que promovam a educação de qualidade das instituições integrantes da Rede EPCT.

As Relações Internacionais representam condições fundamentais para o desenvolvimento institucional e dos cidadãos, em especial, quando se trata da temática educacional, com relevantes aspectos científicos e tecnológicos. Torna-se essencial conhecer experiências de outros países, buscando o diálogo entre culturas, permitindo a compreensão das diferenças, a troca de conhecimentos e o estímulo à solidariedade e à cultura da paz.

Atualmente, a complexidade do contexto global requer a formação de profissionais com visão geral de mundo, mas, ao mesmo tempo, com habilidades específicas. Essa realidade gera necessidade de mudanças nos projetos educacionais, referentes à formação de trabalhadores que atendam a este novo panorama mundial, relacionado ao processo de globalização.

Dessa forma, são muito importantes os benefícios gerados pelas trocas de experiências e intercâmbio de alunos, professores e técnicos administrativos com instituições parceiras de outros países. Além disso, os projetos de cooperação internacional permitem um conhecimento mútuo em pesquisas, o desenvolvimento de tecnologias, sistemas de

ensino e formação pedagógica, além de gerar visibilidade internacional às ações das instituições brasileiras.

Diante desse quadro, o presente documento destina-se a construir uma unidade em torno das ações estratégicas de Relações Internacionais, otimizando todo o potencial que existe no relacionamento da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica com as Instituições de outros países.

No caso das dimensões continentais brasileiras, as relações internacionais representam um estímulo para compreender como a proximidade espacial convive com grandes diferenças relativas à formação histórica e à composição sócio-cultural dos diferentes países e sub-regiões da América do Sul. Para isso, é fundamental que sejam reforçados os laços fronteiriços com os diversos países da região.

No que tange à Educação Profissional e Tecnológica, é papel da Rede EPCT fomentar a integração regional, desenvolvendo políticas específicas de cooperação e intercâmbio.

Assim, compreende-se que as Relações Internacionais representam instrumento fundamental para a melhoria da Educação, que se constitui elemento imprescindível para o desenvolvimento econômico e social do país.

## **2. Conceito de internacionalização**

A internacionalização, em níveis nacional, setorial e institucional, é definida como “o processo no qual se integra uma dimensão internacional, intercultural ou global nos propósitos, funções e ofertas de educação pós-secundária.” (Knight, 2004: 12). A partir desta concepção, em termos mais amplos e aplicados ao contexto da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica do Brasil, compreende-se a internacionalização como um processo que integra atividades que envolvem as diversas modalidades de mobilidade acadêmica, pesquisas colaborativas, projetos de desenvolvimento de ações realizadas entre instituições de mais de um país e desenvolvimento de aspectos curriculares que impactem na prática pedagógica no Brasil e/ou no exterior.

Entende-se que a internacionalização está intrinsecamente relacionada com a cultura organizacional da Rede Federal, reafirmando a natureza social e internacional decorrente do compromisso das instituições com o processo de geração e difusão do conhecimento e melhoria da sociedade.

Knight (2004), ao comentar que a internacionalização possui uma dimensão institucional, refere-se às instituições provedoras de ensino. Na Rede Federal, isso se aplica a todos os níveis formativos relacionados com a Política da Educação Profissional, Científica e Tecnológica, incluindo todos os setores respectivamente relacionados de forma central ou periférica com a atividade acadêmica, além dos órgãos governamentais e não-governamentais, Ministério da Educação e Cultura, Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério do Trabalho, Ministério das Relações Exteriores, área de relações internacionais e departamentos ou organizações relacionados à área de educação.

As dimensões internacional, intercultural e global são utilizadas como conceitos complementares. Internacional refere-se às relações entre nações, culturas ou países. Intercultural é usado para enfatizar a importância da tolerância da diversidade cultural que existe dentro de países, comunidades e instituições. Global refere-se ao escopo amplo e mundial conferido à Educação como elemento transformador de uma sociedade.

Desta forma, entende-se a internacionalização como um processo dinâmico, participativo e multidirecional que demanda uma constante negociação de sentido entre todas as partes envolvidas e uma atuação ativa junto ao processo de construção de propostas entre todos os envolvidos.

### **3. Objetivos**

A política de relações internacionais proposta para a Rede EPCT, neste documento, tem como objetivo:

- Sensibilizar a comunidade acadêmica para os benefícios da internacionalização no processo educacional;
- Desenvolver gestões articuladas entre a Rede EPCT e a SETEC/MEC;
- Proporcionar visibilidade às ações da Rede EPCT em âmbito nacional e internacional;
- Ampliar os processos de cooperação promovendo atividades de intercâmbio internacionais da Rede EPCT no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão;
- Fomentar os ecossistemas de empreendedorismo e inovação;
- Qualificar estudantes, professores e técnicos administrativos a partir da inserção internacional destas instituições e das instituições parceiras internacionais alinhadas ao desenvolvimento institucional;
- Estimular atividades de relações internacionais sintonizadas com o princípio da educação como um bem público;
- Promover eventos para possibilitar o debate e o aperfeiçoamento da política internacional das instituições da Rede de EPCT;
- Realizar cursos e oficinas para a qualificação das equipes que integram o sistema de relações internacionais da Rede EPCT;
- Institucionalizar a cultura da internacionalização como tema transversal no âmbito das instituições de ensino profissional e tecnológico, de maneira que as discussões permeiem, além da cooperação e mobilidade, a discussão de currículos, pesquisa, avaliação, certificação profissional, acreditação, extensão e gestão administrativa;
- Mapear diferentes práticas de políticas públicas da Educação Profissional e Tecnológica, além de outras culturas e idiomas
- Monitorar as ações internacionais desenvolvidas na Rede Federal;

### **4. Princípios norteadores para a construção da presente política bilateral de internacionalização da Rede Federal**

4.1 Internacionalização como intercâmbio de conhecimentos e aprimoramento de estudantes, professores e técnicos administrativos

A Rede EPCT se propõe a desenvolver a cooperação científica e tecnológica no sentido de ampliar a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão desenvolvidas. O desenvolvimento da ciência e da tecnologia sempre encontrou na cooperação internacional um fértil espaço para desenvolvimento de ações que impactassem na melhoria da sociedade. Torna-se de suma importância incentivar o trabalho de grupos de pesquisa em redes internacionais, especialmente considerando a indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão. Esse desenvolvimento gerará impacto, também, na qualidade do ensino profissional e tecnológico e na capacitação dos professores e dos técnicos administrativos.

#### 4.2 Internacionalização como estratégia de desenvolvimento

O processo de internacionalização das instituições de educação, ciência e tecnologia repercute no desenvolvimento econômico, político e social dos países participantes. Os países que se desenvolveram nas últimas décadas o fizeram com uma política de forte investimento em educação, em todos os níveis, e sempre com implementação de programas de intercâmbio e cooperação científica e tecnológica.

#### 4.3 Internacionalização como promotora da solidariedade entre os países

A presente proposta de cooperação internacional baseia-se nos princípios de solidariedade e respeito mútuo, promovendo, encorajando e estimulando o desenvolvimento dos valores humanísticos e diálogos interculturais. A Rede EPCT assume sua responsabilidade social no auxílio da diminuição da lacuna de desenvolvimento e na disparidade econômica e social, a fim de permitir um maior compartilhamento dos saberes, especialmente entre países com menor índice de desenvolvimento. Acredita-se que, com este tipo de ação, apoiaremos, além das ações descritas, o entendimento mútuo entre as nações e uma cultura da paz. Princípio em consonância com a Carta da Terra e Artigo 4 da Constituição.

#### 4.4 Internacionalização como difusão das atividades das instituições integrantes da Rede EPCT

Considerando que a implementação das centenas de unidades acadêmicas que compõem a Rede EPCT está intimamente relacionada com as demandas acadêmicas, sociais e econômicas e com os arranjos produtivos locais de uma determinada territorialidade, faz-se necessário dar visibilidade às atividades desenvolvidas. Neste sentido, com o fim de se estabelecer um vínculo entre o local e o global, através do fomento de uma identidade de pertencimento territorial, os projetos locais de cunho internacional precisam gerar reflexões a serviço do mundo, promovendo a socialização dos saberes que impactem na esfera de desenvolvimento econômico e social. A política de relações internacionais da Rede EPCT se propõe a tecer desdobramentos concretos, tanto locais como regionais, aprofundando, verticalizando e expandindo as suas ações. A cooperação internacional da Rede EPCT trará benefícios para todas as partes, por meio da criação de mecanismos transparentes, com o propósito de socializar as ações.

## **5. Linhas Mestras de Ação da Cooperação e Mobilidade Acadêmica**

As linhas de ação para o desenvolvimento da cooperação e da mobilidade de caráter internacional a serem propostas pela Rede EPCT terão como base a presente Política de Internacionalização e servirão de instrumento, tanto para as instituições integrantes da rede, como também para a SETEC/MEC na elaboração de ações futuras. Na elaboração destas linhas de ação, faz-se necessário também considerar a oferta de bolsas de intercâmbio e recursos financeiros por parte das agências nacionais e internacionais e a capacidade de captação que cada instituição possui em função da qualificação do seu quadro de professores, técnicos administrativos e estudantes.

Torna-se necessário comentar que a partir da presente formalização da Política de Internacionalização da Rede, cada ente integrante deste grupo necessita considerar sua condição no contexto das políticas de desenvolvimento regional, destacando as peculiaridades dos cursos, currículos, formação dos professores, técnicos administrativos e dos discentes, referenciando-os na busca da garantia da qualidade do ensino. Torna-se imprescindível que cada instituição construa suas estratégias a partir da identificação das características e necessidades locais, levando-se em consideração as demandas identificadas por meio da articulação com os diversos segmentos da sociedade. Este documento constitui-se como facilitador e orientador dos caminhos a serem percorridos por cada esfera impactada pela proposta.

As linhas de ação:

### **5.1. Fortalecimento das parcerias já existentes**

Desde a reorganização da centenária Rede EPCT de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no final de 2008, e até mesmo em ações desenvolvidas anteriormente à publicação da Lei 11.892 (Lei de criação dos Institutos Federais), uma série de parcerias com instituições ou organizações internacionais vem sendo implementada. O presente documento reconhece a importância destes vínculos estabelecidos e se propõe a consolidá-los e estruturá-los, de forma a permitir que todas as instituições integrantes da Rede EPCT possam se beneficiar das possíveis ações decorrentes dessas parcerias estabelecidas.

### **5.2. Incremento da cooperação bilateral**

A Rede EPCT reconhece a importância da sensibilização da comunidade acadêmica nacional para o desenvolvimento de ações no âmbito da cooperação internacional, tanto no sentido de explorar as práticas e saberes acumulados dos parceiros, como também para potencializar excelência acadêmica existente no Brasil. Desta forma, define-se a cooperação internacional no sentido bilateral e multidirecional para dar conta de permitir que as ações de internacionalização ocorram não só no exterior, mas também dentro do espaço físico das unidades acadêmicas brasileiras com o recebimento de estudantes, professores, técnico-administrativos, delegações e missões estrangeiras, bem como com o desenvolvimento de projetos multinacionais e multi-institucionais tendo como base o território nacional para sua execução.

### 5.3. Relacionamento com instituições da América Latina e em especial com as do MERCOSUL e com a cooperação Sul-Sul

Trabalhar as similaridades existentes entre os países da América Latina é um elemento importante para o avanço das ações de cooperação internacional. A maior facilidade de comunicação com os povos de língua hispânica, as semelhanças econômicas, os desafios sociais comuns e os aspectos culturais servem como facilitadores desse processo. Ademais, a aproximação com os países da América Latina é uma orientação constitucional, devendo ser implementada pelas instituições públicas.

Mais especificamente, o relacionamento com as instituições dos países do MERCOSUL possui um caráter fundamentalmente estratégico. O desenvolvimento econômico e social da região garante a construção de um ambiente pacífico e igualitário na América do Sul, condicionantes para o alcance de uma integração regional bem sucedida. Para isso, deve-se ampliar os vínculos já existentes com as instituições atuantes, como o Setor Educacional do MERCOSUL. Essas instâncias produzem periodicamente planos de ação e desenvolvimento que podem servir de base para a atuação dos Institutos Federais. Ação em consonância com o Parágrafo Único do Artigo 4 da Constituição Federal que trata da “*integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina*”

### 5.4. Relacionamento com instituições do continente africano

O relacionamento com a África apresenta duas grandes vertentes que podem servir de base para a cooperação com o Brasil. Por um lado, trabalha-se com o aspecto da solidariedade entre os povos, elemento relacionado ao reconhecimento da dívida histórica brasileira com o continente africano e, por outro, se baseia na identificação das grandes potencialidades da região, contribuindo para seu desenvolvimento e compartilhando as *expertises* existentes na Rede Federal.

### 5.5. Aumento do envolvimento da Rede Federal com instituições da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)

O Brasil assume um papel central dentro dessa comunidade, sendo responsável por muitas das iniciativas envolvendo seus países. A CPLP, inclusive, é baseada não somente em aspectos linguísticos, mas principalmente culturais, econômicos, políticos e sociais. A centralidade dada pelo Ministério de Relações Exteriores a essa relação é outro facilitador para a criação de projetos e parcerias importantes, tanto para capacitação de professores e técnico administrativos quanto para a recepção de alunos. Ação em consonância com a Declaração Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa de 17/07/1996.

### 5.6. Consolidação da posição estratégica do Brasil na WFCP

O Brasil, e em especial a Rede Federal, assume uma posição de bastante destaque no cenário internacional da formação profissional e tecnológica dentro da World Federation of Colleges and Polytechnics (WFCP). O presente documento de políticas de internacionalização assume um compromisso com o desenvolvimento de ações que

destaque a posição do país nesta importante associação, bem como se coloca na posição estratégica de interlocutor para a captação de novos membros no eixo latino-americano.

#### 5.7. Ampliação das ações com a UNESCO-UNEVOC

O desenvolvimento de ações em parceria com a UNESCO-UNEVOC (International Centre for Technical and Vocational education and Training) representa um importante instrumento de potencialização de ações da Rede Federal por permitir o envolvimento com da Rede Federal com este instituto vinculado à UNESCO que tem por finalidade o desenvolvimento de projetos relacionados com o mundo do trabalho.

#### 5.8. Prospecção da Rede Federal para a construção das novas alianças e parcerias

Ao assumir uma posição de destaque no cenário internacional no plano da cooperação acadêmica, a Rede Federal passa a assumir um papel estratégico no processo de captação de novas parcerias que permitam o incremento das potencialidades existentes. Acredita-se, com isso, que surjam novas possibilidades no plano da bilateralidade.

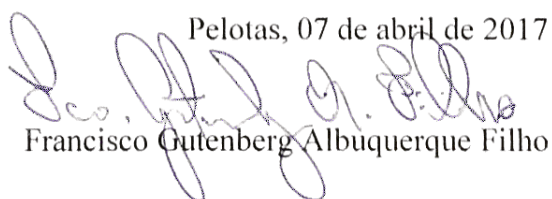
#### 5.9. Aproximação da Rede Federal com agências e fomento nacionais e internacionais

No que se refere à cooperação internacional, a captação de recursos para promoção das ações demanda especial atenção. A Rede Federal se propõe a se aproximar das agências de fomento nacional e internacional no sentido de tecer diálogos promotores de consolidação de projetos e captação de recursos para permitir que propostas sejam implementadas não tendo como única fonte de recurso a matriz orçamentária proveniente da SETEC/MEC.

Identificadas essas linhas mestras, é preciso que se ressalte que qualquer relacionamento com instituições equivalentes de outros países deve ser visto como uma oportunidade de intercâmbio de conhecimentos, de culturas e, principalmente, de experiências de vida. A mobilidade de alunos, professores e técnicos administrativos gera um tipo de conhecimento que transcende aquele gerado em sala de aula. É preciso que se reconheça que, desta forma, os beneficiários da cooperação internacional tem garantida uma formação completa, baseada, acima de tudo, na cidadania.

Documento construído na reunião Forinter ocorrida entre os dias 06 e 07 de abril de 2017 na cidade de Pelotas, nas dependências do Instituto Federal Sul-rio-grandense, com a participação dos Assessores Internacionais de toda a Rede EPCT e entregue aos representantes da Câmara de Relações Internacionais do CONIF.

Pelotas, 07 de abril de 2017

  
Francisco Gutenberg Albuquerque Filho